

Governo propõe pagar ^{publica} dívidas com os bancos

Nilton Horita

SÃO PAULO — O governo federal deu o primeiro passo na negociação da sua enorme dívida interna junto a credores privados. O Ministério da Economia apresentou, terça-feira, proposta aos bancos privados para solução de uma dívida de US\$ 900 milhões, referente a linhas de financiamento desembolsadas para a Siderbrás, holding extinta pelo Plano Collor I, em março do ano passado. A proposta apresentada pelo governo alonga a dívida para oito anos (um de carência e sete para pagamento), com juros de 6% ao ano, mais a variação do IGP. "Temos a proposta e é um indicador, mais do que tudo, de que o governo quer resolver o problema", afirmou Manoel Cintra, presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento (Anbid).

Pelo esquema de pagamento proposto pelo governo para rolagem da dívida da Siderbrás, os bancos deverão receber os juros mensalmente. As parcelas referentes à quitação do principal da dívida serão desembolsadas a cada seis meses obedecendo a uma escala gradual dos valores. Segundo a proposta, o governo pagará prestações menores no início dos sete anos da rolagem, aumentando-se as cotas gradativamente, ao longo do processo de refinanciamento. A Federação Brasileira das Associações de Bancos (Febraban) convocou reunião para hoje, quando será discutida a proposta do governo.

Problemas — Inicialmente, há problemas com relação às taxas de juros incidentes. Outra questão ainda a ser resolvida refere-se à correção monetária e aos juros da dívida que incidirão sobre os US\$ 900 milhões, durante o período de suspensão dos pagamentos, de março do ano passado até agora. O refinanciamento das dívidas do setor público junto aos agentes privados, depois da troca de equipe econômica, vem sendo discutido em ritmo acelerado. Da parte dos bancos, formou-se um comitê de renegociação, à semelhança do comitê de renegociação da dívida externa organizado pelos bancos estrangeiros. A equipe de negociação é formada por representantes de vários bancos, sob coordenação de Leo Wallace Cochrane Júnior, presidente da Febraban; Manoel Cintra, da Anbid, e Cristiano Franco Neto, da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF).

"Essas dívidas vêm sendo negociadas já há algum tempo", conta Leo Wallace. "O sistema financeiro sempre tentou receber, mas as negociações sempre foram difíceis. Os bancos querem liquidar essa pendência." Há, ainda, mais pendências para serem resolvidas entre as partes, como as dívidas em atraso de vários fundos.